



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE PERFORMANCES RACIAIS EM UMA
PLATAFORMA ONLINE**

Fabício Carlos Sena

Rio de Janeiro
2021

FABRÍCIO CARLOS SENA

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE PERFORMANCES RACIAIS EM UMA
PLATAFORMA ONLINE

Monografia submetida à Faculdade de
Letras da Universidade Federal do Rio de
Janeiro, como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciado em Letras
na habilitação Português/Inglês.

Orientadora: Profa. Dra. Branca Falabella Fabrício

RIO DE JANEIRO

2021

AGRADECIMENTO

Gostaria de começar os agradecimentos dizendo obrigado à minha mãe por ser a minha mais leal companheira e por sozinha ter me criado e nunca ter deixado me faltar nada, ainda que muitas vezes tenha faltado a ela.

Agradeço a Camila por estar comigo desde o início dessa caminhada no mundo acadêmico e que foi, muitas vezes, a voz que eu precisava ouvir quando as coisas pareciam difíceis e eu ficava desacreditado.

Digo obrigado ao meu namorado Matheus por ser meu amigo, meu parceiro e por sempre acreditar no meu potencial, tendo mais certeza do que eu de que terei sucesso em tudo que eu quiser fazer.

Deixo meus mais sinceros agradecimentos à minha orientadora Branca Falabella Fabrício por ser sempre tão solícita, paciente e por ser uma fonte de inspiração para todas/os deixando claro que todo conhecimento é válido e que, independentemente do nível acadêmico, somos igualmente atravessadas/os por inseguranças e medos.

Agradeço a Clarissa por todo apoio durante nossos anos mais próximos, pois, se não fosse por ela, eu não teria seguido meu sonho de ser professor e a pessoa que sou hoje não existiria.

Agradeço também a mim mesmo por ter sido perseverante, esforçado e curioso durante toda minha vida e que, por muitas vezes, mesmo sem acreditar que conseguiria alguma coisa, provei para mim que sou capaz, dei meu melhor e consegui.

Meu muito obrigado também vai para o grupo de pesquisa do qual fiz parte. Todas as considerações e recomendações que fizeram sempre foram muito bem-vindas e contribuíram para esse trabalho final.

Agradeço ao professor Luiz Paulo da Moita Lopes por ter aceitado ser o leitor crítico deste trabalho que também foi inspirado em suas inúmeras contribuições para a Linguística Aplicada.

Por fim, mas não menos importante, digo obrigado a Deus, seja ela ou ele quem for, por me permitir chegar até aqui.

Obrigado! Essa graduação é por nós!

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL.....	7
3	UMA VISÃO PERFORMARTIVA DE RAÇA	13
4	ANÁLISE DE DADOS.....	17
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO	17
4.2	A FALÁCIA DO RACISMO REVERSO	22
4.3	DESCONHECIMENTO RACIAL	27
4.4	SILENCIAMENTO.....	29
4.5	COLETIVO POLÍTICO.....	32
5	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	37
	REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se propõe a refletir sobre questões raciais no Brasil, seguindo um exercício de desconstrução e autoquestionamento que vem, gradativamente, fazendo parte da realidade de pessoas dentro e fora da academia. Lidar com os sentidos de raça no país significa posicionar-se criticamente em relação ao silenciamento da questão racial e o processo de racialização difundido pelo país, segundo o qual, a dicotomia brancos/negros implica a racialização apenas do segundo grupo.

Pesquisadoras/es negras/os e brancas/os de diferentes áreas vêm realizando estudos de modo a (re)visitar esse tema que, por anos, foi negligenciado (MOITA LOPES, 2006; SCHUCMAN, 2012; CARDOSO, 2014). Além da indiferença, muitas investigações que abordam a questão racial tendem a manter pessoas negras na posição de objeto (HOOKS, 1989). Esse posicionamento em relação à “Outridade”, no entanto, “não indica, como se acredita, uma falta de resistência ou interesse, mas sim a falta de acesso à representação, sofrida pela comunidade negra”, Grada Kilomba afirma (KILOMBA, 2019, p.51). Após uma mudança de percepção possibilitada pelos movimentos de inclusão de pessoas negras na academia, novas epistemologias, questionadoras do eurocentrismo, passaram a ocupar espaços, permitindo que aquelas/es que foram mantidas/as às margens e silenciadas/os por muito tempo pudessem ser ouvidas/os.

Contudo, é preciso ressaltar que essa inserção não ocorreu e não ocorre de forma harmônica, sem tensões. Os saberes produzidos por sujeita/os negra/os são frequentemente deslegitimados. Sua “diferença” não é considerada conhecimento válido (KILOMBA, 2019). Ao fazer circular memórias de um passado colonial diferente daquele das/os dominantes, ela ocasiona a disrupção de paradigmas historicamente estabelecidos e reconhecidos. A prática de pessoas negras passarem a assumir o papel de sujeito de suas próprias histórias é, muitas vezes, negligenciada com base em alegações de que elas se vitimizam ao relatar episódios de racismo. Tal argumentação funciona como uma estratégia ideológica que termina por silenciar esse grupo.

No exercício de questionamento de uma estrutura rígida e socialmente estabelecida, diferentes desconfortos são gerados, por significarem um abalo de crenças sobre o caráter racial das/os indivíduos/os. O mal-estar social percebido entre as questões raciais e outras de natureza política, sexual, econômica, identitária e linguística evidencia as intersecções existentes entre essas temáticas e requer estudos que as destrinchem para melhor compreensão. Entretanto,

ainda que se possa analisar esses diversos entrelaçamentos para propor a desconstrução de um pensamento colonialista que favorece determinados grupos em detrimento de outros, é fundamental uma ênfase no estudo do papel da linguagem na (des)(re)construção dessas relações.

Em face desse cenário, o presente trabalho busca explorar o debate racial no Brasil a partir de interações observadas na internet em um contexto no qual as/os participantes encontram-se em contínuo processo de construção de identidade através de performances discursivas. O contexto do estudo são interações sociais observadas no Instagram do ator, diretor e humorista Paulo Gustavo. O ator, que morreu em 4 de maio deste ano em decorrência da COVID-19, mantinha uma página no Instagram, na qual publicava semanalmente textos, em sua maior parte, de caráter humorístico, divulgando seu trabalho e dialogando com fãs sobre assuntos atrelados a seus interesses.

Durante o período de quatro a trinta de junho de 2020, Paulo Gustavo cedeu sua conta com cerca de 13,9 milhões de seguidores, a época, para Djamila Ribeiro. Djamila, que também ficou responsável pelo gerenciamento da conta, é filósofa, escritora e autora do livro mais vendido da Amazon Brasileira em 2020, “Pequeno Manual Antirracista”. Além disso é coordenadora da coleção Feminismos Plurais, uma coleção voltada para a disseminação de conteúdo crítico feito por pessoas negras. Tem participação ativa no grupo Promotoras Legais Populares (PLPs), formando lideranças femininas em periferias do estado de São Paulo. Em 2018, integrava a lista das cem pessoas negras mais influentes no mundo com menos de quarenta anos, tendo distinção apoiada pela ONU.

Sua inclusão no Instagram de Paulo Gustavo teve início depois do assassinato de George Floyd, um homem negro, afro-americano, que morreu asfixiado durante uma abordagem policial em maio de 2020. Ele foi mais uma vítima de agressão nos Estados Unidos por parte de sua polícia. Esse homicídio deu origem a uma série de manifestações por todo o mundo, trazendo apoiadores para o movimento Black Lives Matter. Gerou-se, também, um anseio pela abordagem de questões raciais como estratégia de conscientização da população sobre o genocídio da comunidade negra. Em resposta a esse tipo de mobilização, a filósofa e o ator criaram uma parceria que foi replicada, posteriormente, em outras contas dessa rede social.

O Instagram agiu como um espaço onde pessoas puderam expressar suas opiniões e se engajar umas com outras em conversas sobre raça. Muitas dessas interações contribuíram para a luta antirracista. Outras, ao contrário eram críticas a ela. Independente da posição encenada, as/os interactantes mobilizaram diferentes signos (linguísticos e não linguísticos), produzindo

um tipo de enunciado denominado por Austin (1990) como performativo, i. e., que desempenham uma ação no momento em que são proferidos.

A dinâmica das múltiplas intersecções entre raça e identidade (individual e coletiva) na página do Instagram em tela, configuram-se como motivações para o presente trabalho que busca analisar múltiplas interações discursivas em um contexto em que a abordagem de temáticas raciais não é o habitual e verificar de que forma os discursos manifestados nos comentários das publicações se orientam por ideologias de raça. Parto da premissa de que a linguagem violenta na Internet está associada ao silenciamento ou desconhecimento da questão racial no Brasil. O desenvolvimento da pesquisa se organiza em torno das seguintes perguntas: Que discursos são entextualizados na página do Instagram?; Que efeitos de sentidos eles projetam?; Que ideologia racial orienta as interações?

Como metodologia para a geração dos dados procedi ao rastreamento de textos (BLOMMAERT, 2005; FABRÍCIO, 2014), que me levou a seguir as cadeias textuais desencadeadas pelos posts de Djamila Ribeiro no Instagram de Paulo Gustavo. Nesse percurso, meu foco analítico recaiu sobre os comentários que se opunham à iniciativa de Paulo Gustavo e Djamila. Para contextualizar a análise desses dados discuto, na primeira parte deste trabalho, o arcabouço teórico que norteia a pesquisa, localizado nos campos da Linguística Aplicada Indisciplinar (MOITA LOPES, 2006) e da sociolinguística contemporânea. Me alinho a uma visão performativa de raça (MUÑOZ, 1999), entendendo raça como uma categoria performativa, construída, manifestada e sustentada discursivamente.

Em seguida, contextualizo o ambiente no qual essa ocupação digital, por assim dizer, ocorreu, em diálogo com autoras e autores que problematizam padrões socialmente estabelecidos. Com base na reflexão encaminhada, concentro-me nos dados, analisando-os segundo a movimentação discursiva que eles indicam.

2 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL

Estudos realizados em diferentes áreas de pesquisa demonstram uma disparidade social quando se toma para análise o processo de racialização que subjaz ao par binário branco/negro. Essa desigualdade diz respeito ao fato de que apenas o segundo elemento é percebido, socialmente, como “detentor” de uma raça. Nesse processo, aquelas/es que não são racializadas/os estão isentas/os da dor e opressão que acomete os corpos das/os outras/os, quando estas/es são interpretadas/os através de uma matriz de inteligibilidade que tem início com a cor da pele (GAINES 2001 apud KILOMBA, 2019).

Como resultado dessa racialização unilateral, nem todas/os são lidas/os da mesma forma. Brancas/os, por exemplo, não são abordadas/os pelo ângulo racial. Identifica-se, como consequência, uma lacuna na abordagem dessa temática, pois a reflexão tende a pender para um lado de modo a fazer com que o outro permaneça com seus status inalterados. Tal ausência de reflexão sobre as disparidades raciais e privilégios de pessoas brancas, no entanto, torna-se altamente problemática em face dos dados oficiais no cenário brasileira que indicam o genocídio da maior parcela da população brasileira, a negra.

O número de pessoas negras no Brasil, a soma de pretas e pardas, de acordo com os estudos de Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil desenvolvidos em 2019¹ pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é equivalente a 55,8% da população, representando maioria absoluta. Contudo, os dados analisados pelo instituto mostram as desvantagens desse grupo nos seguimentos econômico, educacional, de qualidade de vida e de acesso à saúde. Isso explicita uma defasagem estrutural na sociedade, uma vez que a população negra no Brasil, além de ser a maioria, é também a mais prejudicada e menos favorecida nas áreas mencionadas.

Fazendo um panorama macro dos números levantados pelo IBGE, pode-se perceber como os dados apresentados ilustram essas desproporções. O indicador mercado de trabalho, por exemplo, registra que, em 2018, nos cargos gerenciais, o percentual de ocupação por pessoas negras era de apenas 29,9%, enquanto brancas correspondiam a 68,6%. Quanto à distribuição de rendimento e condições de moradia, dos 10% com maiores rendimentos, 27,7% eram pretas/os e pardas/os, por outro lado, entre os 10% com menores rendimentos, esse grupo representa 75,2%.

¹ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

No quesito educação, a taxa de analfabetismo de pessoas negras, somando os contextos rurais e urbanos, contabilizava 9,1% em contraste com 3,9% das brancas. O percentual de conclusão do ensino médio aponta para 61,8% de negras e negros, e 76,8% de brancas e brancos. E na esfera política, no ano de 2018, apenas 24,4% dos cargos eram ocupados pela população preta ou parda e 75,6% por brancas e outras. Esses números alarmantes são representativos de um país segregacionista onde muitos agem como se as questões raciais não fossem um problema urgente merecedor de atenção imediata.

Por outro lado, quando se direciona atenção para os índices de violência, os percentuais por raça se invertem. De acordo com o Atlas da violência de 2020², a juventude negra é a maior vítima de homicídio no país, representando 75,7% — do total de mulheres, 68% delas são negras — somente em 2018. O atlas mostra também que, anualmente, registra-se um aumento no número de mortes dessa população, o que torna expressiva a desigualdade racial no Brasil e a vulnerabilidade de pessoas negras à violência.

Em um país com tais índices, é preciso refletir sobre os processos de racialização e sobre o racismo estrutural que molda a sociedade, pois, somente a partir da conscientização de que o racismo vai além de atos individuais contra indivíduos, nos entenderemos como sendo responsáveis por combatê-lo, como alerta Almeida (2018). Contudo, ainda que no Brasil os dados oficiais apresentados comprovem um racismo estrutural e institucional, há quem compactue com narrativas de que isso se dê apenas através de práticas individuais, apresentando um tipo de discurso impregnado por uma ideologia insustentável de meritocracia.

Almeida (2018, p. 62) chama atenção para a forma como a meritocracia é manifestada por meio de mecanismos institucionais que tornam explícita a relação intrínseca entre desigualdade educacional e desigualdade racial. O autor destaca também o fato de que o perfil racial de quem ocupa posições de liderança e as vagas nas universidades de concorrência mais acirrada “reafirma um imaginário que entrelaça as ideias de competência e mérito a fatores como branquitude, masculinidade e heterossexualidade e cisnormatividade”. Dessa forma,

em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal. No contexto brasileiro, o discurso da meritocracia é altamente racista, uma vez que promove a conformação ideológica dos indivíduos à desigualdade racial. (ALMEIDA, 2018, p. 63)

Tais discursos de viés meritocráticos são parte de um imaginário recorrente na sociedade que sugere que a posição em que pessoas negras se encontram é consequência da falta de

² Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>

esforço próprio. Ao se fazer essa afirmação, falha-se em abordar a face estrutural do racismo que, independentemente das manifestações por atos individuais ou injúrias raciais proferidas por um grupo contra outro, está presente, ditando as relações sociais. Aqui é preciso que se considere que, no Brasil, há um modelo de racismo que age na estrutura da sociedade cuja dinâmica é construída, mantida e/ou reformulada nas práticas semióticas, entre as quais o uso da linguagem se encontra. Se tais práticas constroem existências, podem também produzir resistências e reexistências.

É proposto aqui repensar a linguagem entrelaçada às questões raciais em três esferas: no campo da opressão, em que é utilizada para manter as/os envolvidas/os em relações de poder que beneficiam um grupo em oposição a outro; no da resistência, de modo a sobreviver a essa mesma estrutura social através do questionamento e da busca por respostas em lugares pouco explorados ou mesmo não considerados válidos por uma maioria; e no da reexistência, saindo do papel de objeto e assumindo o lugar de sujeito criando uma epistemologia igualmente válida e que dá voz àquelas/es que foram postas/os às margens da sociedade e tiveram de procurar formas de reexistir.

Para tratar de opressões raciais e epistemicídios em relação à população negra, é necessário dar um passo atrás e revisitar as práticas discursivas presentes no período de colonização, caracterizado nas escolas como período de descobrimento. Nessa época da história, pessoas negras de diferentes partes da África foram arrancadas de suas origens para serem escravizadas em outros continentes. Com isso, deixaram para trás não apenas bens materiais, mas também culturais, linguísticos, laços sanguíneos e maior parte daquilo que os constituía como “eu”. No Brasil, a escravidão legalizada durou cerca de três séculos (1500 - 1888), um holocausto sem tamanho que dizimou histórias, epistemologias, família, culturas e línguas (MUNIZ, 2009; NASCIMENTO, 2019).

Nesse período, quando as/os sujeitas/os não eram mantidas/os amordaçadas/os para que não pudessem falar umas/uns com as/os outras/os ou comer terra, “uma prática entre escravizadas/os africanas/os para cometer suicídio” (KILOMBA, 2019, p. 36), eram obrigadas/os a aprender a língua das/os colonizadoras/es. Após esse processo, sucederam-se outros, como o abandono dessa população após a abolição da escravatura, o que não significou, necessariamente, o fim da mesma, e os estudos de eugenia, “que propõem, por meio de pesquisas científicas, a superioridade dos corpos brancos pelas características físicas e/ou psicológicas que lhes são atribuídas” (MELO; MOITA LOPES, 2015, p. 6). O reflexo da escravidão no Brasil, com marcas profundas ainda hoje, pôde ser visto em 2020 quando a mídia

brasileira noticiou o caso de Madalena Gordiano, uma mulher negra de 46 anos que viveu por 38 em condições análogas à escravidão em Minas Gerais³.

A perda de identidade nacional resultada desse período levou a uma população defasada a qual foi imposta a língua, costumes, religiões e outras características culturais do colonizador, suprimindo aquilo que as/os africanas/os escravizadas/os levaram consigo. Em consonância, a ação abolicionista não apresentou iniciativas de inclusão social e de reparo, o que é explícito pelo abandono de homens e mulheres negras/os à própria sorte e tendo que procurar formas de se reinventar para sobreviver. Isso fez com que estruturas de poder previamente estabelecidas se mantivessem, dando margem a uma sociedade estruturalmente racista e que insiste em manter corpos hierarquizados por cor.

Tendo-se visto que o racismo à brasileira tem cor e é estrutural e estruturante nessa sociedade, é possível destacar quais são suas principais características. Almeida (2018), em “O que é racismo estrutural?”, apresenta como atributos desse racismo: não precisar de intenção para se manifestar; transcender um posicionamento individual ou moral; inviabilizar o acesso a universidades e cargos gerenciais; propiciar a segregação de forma indireta nos espaços de poder; normalizar relações sociais, políticas e econômicas de desigualdade; e conferir privilégios a um grupo e não a outros. Essas características refletem na “dificuldade de brasileiros e de brasileiras em reconhecerem em si próprios(as) comportamentos racistas” (BORGES; MELO, 2019, p. 2).

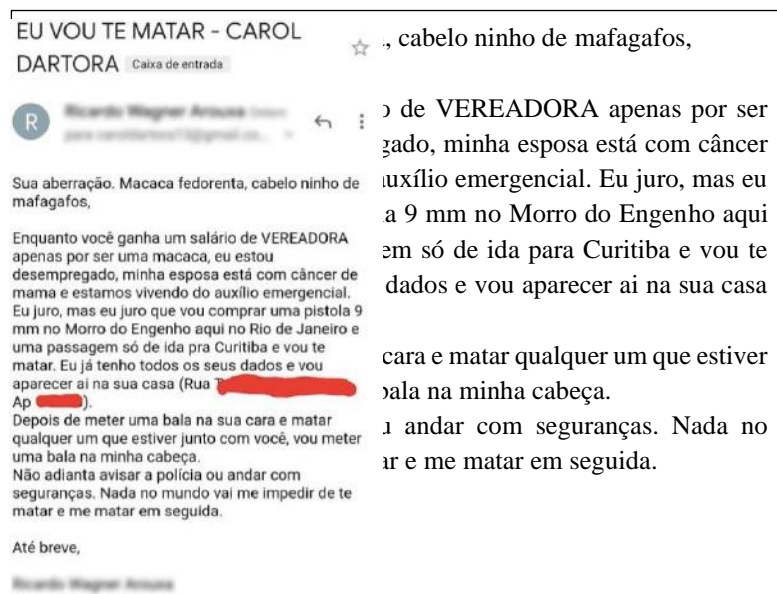
Decorre desses comportamentos também o mito da meritocracia que associa disparidades sociais ao mérito próprio e à falta de esforço por parte das pessoas menos favorecidas. Neste país, no entanto, quando pessoas negras alcançam posições sociais que foram, por anos, ocupadas, majoritariamente, por homens brancos, são vítimas de discurso de ódio, são ameaçadas ou têm suas conquistas questionadas. Fazer pessoas negras vítimas de injúrias raciais é algo que há muito acontece no Brasil. Entretanto, esse fenômeno é catapultado com a capacidade dos textos de viajarem mais rapidamente em contextos online, permitindo a disseminação de discursos injuriosos sem encontrar barreiras e por meio do anonimato. Como afirma Ess (1996), “o relativo anonimato da Internet libera algumas das inibições de uma sociedade civil, resultando em ameaças, assédios e discursos de ódio online.” (apud HERRING, S. ET AL 2002, P. 371).

³ Disponível em:

<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/12/20/mulher-e-libertada-em-mg-apos-38-anos-vivendo-em-condicoes-analogas-a-escravidao.ghtml>

Na imagem abaixo, por exemplo, ocorre uma ameaça de morte que a vereadora Carol Dartora (PT), uma feminista negra e eleita primeira vereadora negra de Curitiba, recebeu por e-mail. Dartora compartilhou o e texto recebido em sua conta pessoal no Twitter no dia 6 de dezembro de 2020 informando ter acionado as autoridades e que medidas de segurança estavam sendo tomadas. O remetente da mensagem explica a motivação para a realização desse ato; o descontentamento com a sua eleição para vereadora, sendo ela uma mulher negra. Em resposta, a vereadora escreve na postagem “Eles combinaram de nos matar, combinamos de ocupar tudo!”

Figura 1 - Carol Dartora (PT) é ameaçada de morte



Fonte: Instagram, 2020.

O texto explicita uma sociedade racista e a expressão de identidade de uma ideologia orientadora de raça. Ao dizer “Enquanto você ganha um salário de VEREADORA apenas por ser uma macaca, eu estou desempregado (...)”, o autor do e-mail está fazendo um contraste posicionando Dartora como uma mulher negra – “uma macaca” – diferente de si (já que o interlocutor parece posicionar-se como homem não negro). Kilomba (2019) afirma que essa animalização de pessoas negras se manifesta discursivamente como uma faceta do racismo que tende a inferiorizar mulheres e homens negras/os, atribuindo-lhes um caráter não humano, indexicalizando proposições de silenciamento desse grupo.

A metáfora da/o “africana/o” como “macaca/o” tornou-se efetivamente real, não por ser um fato biológico, mas porque o racismo funciona através do discurso. O racismo

não é biológico, mas discursivo. Ele funciona através de um regime discursivo, uma cadeia de palavras e imagens que por associação se tornam equivalentes: africano – África – selva – selvagem – primitivo – inferior – animal – macaco. (KILOMBA, 2019, 130)

A temática do silenciamento se encontra presente por todo esse trabalho, pois ela é uma das estratégias identificadas por diversos autores que se debruçam sobre os estudos das questões raciais. Reexistir passa a ser entendido, desse modo, como uma forma de reinvenção após o rompimento com uma ideologia silenciadora que concede voz a determinadas pessoas enquanto outras são mantidas caladas. E entendendo que a linguagem perpassa esse processo, é preciso analisar como ela realiza a criação das categorias de raça aqui propostas e seu papel na construção de subjetividades individuais e coletivas.

No cenário aqui construído, a compreensão da linguagem como performativa, entendida por meio da teoria dos atos de fala proposta por Austin (1990), é necessária, pois a ideia de raça na perspectiva social é sustentada e reproduzida nas práticas. De acordo com o autor, a linguagem humana não é utilizada apenas para constatar a existência de estados de coisas, mas sim como uma forma de agir no mundo, ou seja, falar é, simultaneamente, agir. Assim, quando se faz a análise de uma interação social, tem-se acesso às ações daquelas/es envolvidas/os no discurso e que vão além da simples constatação.

3 UMA VISÃO PERFORMARTIVA DE RAÇA

No que compete às questões atreladas a performances de identidade, Butler (1990/2003) apresenta em seus estudos uma visão de que a construção de identidades é indissociável das normas sociais. Trabalhando com as noções de performance, performatividade e linguagem, a autora propõe romper com uma matriz de inteligibilidade por contiguidade (Borba, 2014), ao sugerir que se tome a constituição do “eu” como resultado das ações da/o própria/o indivíduo/a e não as ações como sendo motivadas por uma essência pré-existente. Essa visão permite que se faça uma leitura das categorias de gênero e raça como performativas, e, dessa forma, a de que “o racismo é um regime discursivo e não biológico” (KILOMBA, 2019, p.175). Dizer que raça é performativa significa entender como nossas ações discursivas produzem os sentidos que orientam o nosso fazer.

O papel da linguagem em todo esse processo é central, na produção, manutenção ou desafio da inteligibilidade de determinado grupo como racializado. A Linguagem, vista na perspectiva performativa, alinha-se aos argumentos de Austin em “Quando dizer é fazer”, no qual um enunciado realiza uma ação quando é proferido e não apenas faz uma constatação da realidade. Isto é, falar é ao mesmo tempo realizar uma ação que constitui o real. Como afirma Borba (2012, p. 462),

considerar a linguagem como ação implica entender sua atuação sobre o real, como ela constitui o real e, assim, deve-se deixar de lado a visão de linguagem como um simples instrumento para representar uma realidade existente a priori

Ao se desenvolver um trabalho que toma o termo raça como foco, é preciso que esse conceito seja definido para tornar explícito o modo como está sendo compreendido. Conforme analisam Machado e Muniz (2015), esse termo é uma construção social a qual normalmente são atribuídos dois sentidos diferentes. Por um lado, há quem relacione o conceito raça a uma visão biológica, como uma característica intrínseca ao ser humano. Esse ponto de vista foi tomado como justificativa de um projeto de eugenia que acreditava na superioridade de pessoas brancas sobre as negras e na teoria da seleção natural que considerava negras/os, indígenas e deficientes como menos capazes intelectualmente (BOLSANELLO, 1996).

Por outro lado, esse termo é entendido como uma categoria política e social e é manifestado através das práticas interacionais das/os indivíduos/os. De acordo com Almeida (2018, p. 40), “a raça se manifesta em atos concretos ocorridos no interior de uma estrutura social marcada por conflitos e antagonismos.” Isso implica o fato de que a essência desse

conceito se encontra nas múltiplas relações sociais e que por si só a categoria raça não pode preceder a/o sujeita/o. Ela é, assim, desentrelaçada da concepção biológica e entendida como uma prática interacional construída no dia a dia.

Uma das problemáticas envoltas nessa classificação do ponto de vista social é a de que as/os constituintes do par binário branco-negro não são interpretadas/os da mesma forma, sendo aquelas/es alocadas/os no primeiro beneficiadas/os em detrimento da/o outra/o. Segundo Nascimento (2019), a ideia de raça é tratada pela branquitude como um elemento de responsabilidade dos negros, quando estes foram, na verdade, as vítimas da criação desse ideal segregacionista. Essa classificação intermediada pelo uso da linguagem reflete uma estrutura de poder e sua manifestação objetifica os corpos para que se possa ter controle sobre eles.

Ou seja, a racialização do corpo negro cria o que Achille Mbembe chama de “a manifestação da questão da raça”, em que o negro é racializado para ser dominado e virar signo-objeto que figura enquanto mercadoria. Portanto, entendo que dessa racialização se criam duas figuras, uma para quem é submetido às condições da raça e a outra que dela se desresponsabiliza. (NASCIMENTO, 2019, l. 549)

Similar à visão social, mas com diferenças significativas na forma como é interpretada, está a visão performativa de identidade, articulada por Butler nos estudos de gênero e sexualidade, que é trazida para os estudos de temáticas raciais por Muñoz (1999). De acordo com o autor, entende-se raça como uma categoria discursivo-performativa, segundo a qual a raça é construída por aquilo que se diz-faz, sem que haja uma essência que preceda o indivíduo. Muñoz (2006, p. 679) afirma que

olhar a raça como um empreendimento performativo, que melhor pode ser acessado por seus efeitos, pode nos tirar dos impasses políticos e conceituais que têm obstinado o discurso racial.

Isso explica, por exemplo, o fato de que as categorias branquitude e negritude são construídas sociodiscursivamente sem que haja alguma característica fisiológica que as justifiquem, sendo, portanto, sustentadas por discursos e ideologias (LEMKE, 1995) que são entextualizados (BAUMAN; BRIGGS, 1990) em múltiplos contextos interacionais.

Ao se falar dessa temática, é preciso também que seja estabelecido o que é ser branca/o localmente, determinando o modo como essa leitura ocorre. Conforme assinalado por Schucman (2012) e posteriormente por Almeida (2018), a interpretação dessa categoria não é unânime em todos os lugares por ser culturalmente determinada. Logo, deve-se precisar o modo como ela é compreendida em cada cultura. De acordo com autora e com o autor, no Brasil, ser branca/o é uma característica majoritariamente ditada por aspectos visuais, sendo essa uma

classificação baseada na aparência do indivíduo e nos seu status social. A branquitude, dessa forma, é

uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. (Schucman, 2012, p. 23)

Almeida (2018, p. 43) complementa essa definição dizendo que no Brasil “a possibilidade de ‘transitar’ em direção a uma estética relacionada à branquitude, e manter hábitos de consumo característicos da classe média, pode tornar alguém racialmente ‘branco’”. Dessa forma, existe um consentimento de que raça não é uma característica biológica, mas sim uma categoria socialmente ditada e que pode se manifestar, para determinado grupo, somente quando necessário.

Um tópico recorrente nos estudos da branquitude é a ideia de invisibilidade que acomete os corpos brancos. Devido à condição de neutralidade dada a eles, há autoras/es que propõe formas de determinar como essas pessoas percebem a si próprias quanto a sua identidade racial. Por um lado, há pesquisadoras/es que propõe que essa invisibilidade ocorra por falta da percepção da/o branca/o como racializada/o devido a sua condição de neutralidade socialmente construída. Por outro, há as/os que sugerem que a identidade racial branca seja percebida por umas/uns e não por outras/os, e essa percepção torna-se visível quando conveniente. Há também quem chama atenção para o perigo de se alegar que a não racialização seja causada por uma questão de invisibilidade porque, caso fosse, as/os sujeitas/os brancas/os não seriam capazes de questionar os privilégios raciais que possuem (SCHUCMAN, 2012).

Independente do ponto de vista pelo qual essa temática é percebida, está-se diante de uma estrutura de privilégios sociais concedidos a brancas e brancos. Dessa forma, a possibilidade de brancas/os se interpretarem como neutras/os é problemática e deve ser desmantelada. Como afirma Bento (2014, p. 27), “evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio”, isso resulta na manutenção das desigualdades raciais mantendo uma estrutura de interesses e de benefícios explorados por meio da prática de violência racial.

Para que se rompa com a ideia da branquitude como padrão e se crie uma identidade racial branca não racista, Janet Helms (1990 apud BENTO, 2014, p. 43) propõe um modelo disposto em seis estágios que pessoas brancas devem percorrer: contato, desintegração, reintegração, falsa independência, imersão/emersão e autonomia. No estágio inicial, estão presentes o medo e a curiosidade oriundos de um estereótipo coletivamente criado, que restringe

o contato com pessoas negras e evita o autoquestionamento quanto à sua própria raça. A autora destaca que esse estágio pode ser permanente para algumas pessoas, mas que o contato com negras/os pode torná-la/o consciente do racismo institucional e cultural, dando início ao estágio de desintegração.

Aqui ganha espaço a culpa, a vergonha e a raiva do reconhecimento dos privilégios brancos e seu papel na manutenção do racismo. Porém, esse desconforto pode abrir espaço para uma tentativa de convencimento de que isso não existe e, caso sim, é por culpa das vítimas. É no estágio seguinte, a reintegração, que o desejo de ser aceita/o pelo seu grupo racial faz com que o indivíduo readapte seu sistema de crenças de forma a ser coerente com o reconhecimento do racismo. Nesse estágio, onde se pode ficar estática/o pela possibilidade de se evitar negras/os, é possível que os sentimentos gerados pela desintegração sejam voltados para a/o outra/o como raiva pelo mal-estar causado.

Caso haja um catalisador que permita que o processo de racialização continue, tem-se início a fase de falsa independência, que é quando a pessoa se sente alienada em relação à/ao outra/o branca/o por ela/ele não analisar seu próprio racismo. Agora desnudada/o de sua branquitude e incapaz de ser verdadeiramente algo, a pessoa procura novas formas de ser branca, entrando no processo de imersão/emersão. Finalmente, para alcançar o estágio final de autonomia, a autora sugere que se entre em contato com biografias e autobiografias de brancas/os que são atravessadas/os por esse processo de forma a mostrar outras possibilidades de existência.

Esse último estágio é um processo contínuo uma vez que, ao alcançá-lo, a pessoa estará continuamente refletindo sobre o racismo no seu cotidiano, estando sempre aberta a informações e dando início a uma etapa de pensamentos críticos quantos a aspectos sociais e culturais. Deve-se destacar, no entanto, que esses estágios na criação da identidade racial branca não racista não, necessariamente, ocorrerão de forma linear, pois a singularidade das experiências vivenciadas pelas/os sujeitas/os resulta em processos individuais. Ressalta-se também que, além de se criar uma identidade branca não racista, é necessário ser antirracista pois “não se trata de se sentir culpado por ser branco: a questão é se responsabilizar” (RIBEIRO, 2019, p. 36)

Em complemento, destaca-se o fato de que atrelada à linguagem há uma constante movimentação textual onde textos viajam por diferentes contextos e, a partir das novas interações, ampliam em significado e podem carregar consigo elementos da história de seu uso. A essa movimentação, Bauman e Briggs ([1990]2006) p.206) atribuem o conceito entextualização, que se refere ao

processo de tornar o discurso passível de extração, de transformar um trecho de produção linguística em uma unidade – um texto – que pode ser extraído de seu cenário interacional. Um texto, então, nesta perspectiva, é discurso tornado passível de descontextualização. Entextualização pode muito bem incorporar aspectos do contexto, de tal forma que o texto resultante carregue elementos da história de seu uso consigo.

Uma vez que na circulação por diferentes contextos, textos são de algum modo afetados por diferentes ambientes interacionais, nos quais se encontram com outros textos e interactantes, pode-se dizer que, a cada entextualização, algo novo acontece com os textos. Desse modo, os processos de entextualização implicam tanto repetição quanto transformação.

Por esse ângulo, tanto as postagens feitas por Djamila Ribeiro quanto os comentários dos internautas na página de Paulo Gustavo – responsivos aos posts de Djamila – são práticas de entextualização que posicionam as/os interlocutoras/es em relação ao que foi dito, simultaneamente repetindo-modificando. Da mesma forma, como pesquisador, ao retirar os posts de Djamila e dos internautas da página do Instagram e inseri-los no cenário interacional deste trabalho, realizo múltiplas entextualizações. A movimentação textual é, portanto, incessante.

Assim, a análise de práticas de entextualização tem que levar em conta essa mobilidade. Em contextos digitais, como é o caso da página do Instagram em tela, o movimento analítico envolve um exercício de observação dos rastros das trajetórias textuais que os textos percorrem, o que demanda atentar para os pedaços de discurso que se agregam e se reagregam, produzindo diferentes efeitos de sentido.

4 ANÁLISE DE DADOS

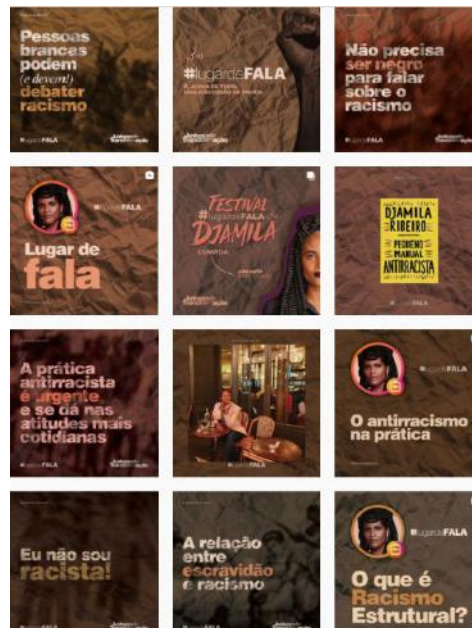
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Em junho de 2020, após uma série de acontecimentos racistas nos Estados Unidos causados, principalmente, por ações violentas de policiais e que resultaram na morte de jovens negros e negras no país, refletiu-se em outras nações sobre a necessidade de iniciativas que abordassem o genocídio ininterrupto que acomete esses corpos. Diante disso, alguns usuários do Instagram com um vasto número de seguidores e com contas de amplo alcance cederam seu espaço para que vozes negras tivessem protagonismo e pudessem dialogar com um número maior de pessoas a respeito de questões como racismo estrutural, racismo institucional, lugar de fala, branquitude, interseccionalidade, entre outros temas.

No recorte em análise, no período em que ocorreu a ocupação de Djamila Ribeiro no perfil de Paulo Gustavo, de quatro a trinta de junho de 2020, foram publicados vinte textos sobre **letramento racial**⁴, onde pôde-se perceber uma linha de raciocínio continuada entre as postagens para que ela pudesse construir suas argumentações. Em resumo, a filósofa começou sua atuação dialogando sobre racismo estrutural, passando pela abordagem da relação entre racismo e escravidão, seguindo para um enfoque em práticas antirracistas, local de fala e o papel de pessoas brancas nessa luta. Após isso, tratou de lugar social com foco em oportunidades e possibilidades com perspectivas distintas e concluiu com um desdobramento sobre interseccionalidade e com um convite para o pensamento crítico e reflexivo diante dos diversos aspectos que permeiam o racismo.

⁴ Uma visão da maneira através da qual “raça influencia as experiências sociais, econômicas, políticas e educacionais dos indivíduos e dos grupos” (Skerrett, 2011, p. 314)

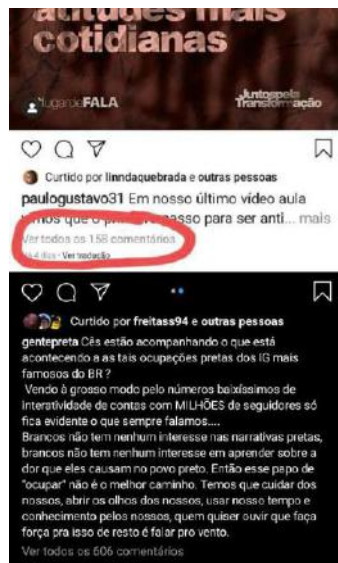
Figura 2: Entextualização de 12 das 20 postagens feitas por Djamila Ribeiro (Mais informações nas postagens)



Fonte: Instagram, 2020

Como resultado dessa ação, obtiveram-se 15.716 comentários, uma média de 786 por publicação. Contudo, ainda que esses números demonstrem um índice considerável de respostas, eles equivalem a apenas 19,8% da média de comentários observados na mesma quantidade de publicações anteriores à ocupação, o equivalente a 3.972 por postagem. Esse resultado chama atenção para o desinteresse manifestado pela maior parte do público do perfil do comediante, o que pode ser explicado pela projeção do público-alvo nos posts de Djamila, com base no que foi percebido nos comentários, como visto abaixo. Além disso, outras páginas voltadas para o protagonismo de pessoas negras nessa rede social, como a @gentepreta, chamaram atenção para a queda de engajamento quando se comparava as entextualizações realizadas por Ribeiro com as postagens de Paulo Gustavo, anteriores à ocupação.

Figura 3 – Reconhecimento na queda de interação



Ver todos os 158 comentários

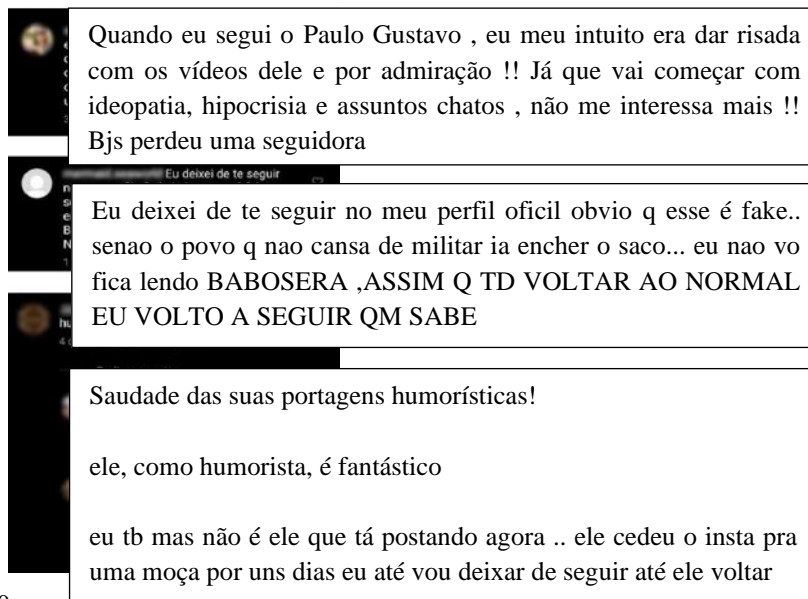
Cês estão acompanhando o que está acontecendo a as tais ocupações pretas dos IG mais famosos do BR ?

Vendo à grosso modo pelo números baixíssimos de interatividade de contas com MILHÕES de seguidores só fica evidente o que sempre falamos...

Branços não tem nenhum interesse nas narrativas pretas, brancos não tem nenhum interesse em aprender sobre a dor que eles causam no povo preto. Então esse papo de “ocupar” não é o melhor caminho. Temos que cuidar dos nossos, abrir os olhos dos nossos, usar nosso tempo e conhecimento pelos nossos, quem quiser ouvir que faça força pra isso de resto é falar pro vento.

Fonte: Instagram, 2020.

Figura 4 – Comentários 01



Fonte: Instagram, 2020.

Analisando as imagens acima, identifica-se que elas dialogam entre si, pois os argumentos aludidos na figura 3 são respaldados tanto pelo número de comentários reduzidos, destacado na cor vermelha, quanto pelas respostas de oposição a Djamila, expressas na figura 4. De um lado, há um grupo manifestando desinteresse em um letramento proposto por uma mulher negra, com argumentos como “(...) eu nao vo fica lendo BABOSERA (...)”, “(...) Já que vai começar com ideopatia, hipocrisia e assuntos chatos , não me interessa mais !! Bjs perdeu

uma seguidora” e “(...) Qd voltar a ser tua eu add de novo!”. Do outro, lê-se “Vendo à grosso modo pelo número baixíssimos de interatividade de contas com MILHÕES de seguidores só fica evidente o que sempre falamos... Brancos não tem nenhum interesse nas narrativas pretas (...)”.

O que se observa a partir desse experimento, então, é que a ação foi eficaz, porque, a maioria das/os participantes apoiou a iniciativa conjunta de Paulo Gustavo e Djamila. Os comentários negativos eram minoria, constituindo o equivalente a 0,41%, sendo, muitas vezes, repetidos por uma mesma pessoa em publicações diferentes. Desse modo, a totalidade desse evento no Instagram pode ser considerada um ganho para a reflexão sobre as questões raciais no Brasil. Houve também muitas pessoas do grupo não reconhecido como racializado demonstrando interesse e buscando aprender com o que estava sendo proposto. Pelos comentários, viu-se também que a conta recebeu novas/os seguidoras/es e admiradoras/es da iniciativa de Paulo Gustavo, sendo, muitas dessas, pessoas que já conheciam o trabalho de Djamila Ribeiro. Além disso, essa iniciativa ganhou repercussão em periódicos e revistas por todo o país, pois, depois dela, a proposta se popularizou e algumas outras contas também serviram como palco para ocupação.

Como resultado dessa ação, entretanto, uma das indagações que permanecem diz respeito às trajetórias textuais (BLOMMAERT, 2005) e aos processos de entextualização (BAUMAN e BRIGGS, 1990) que aí ocorreram. Quando um texto foi disposto em um contexto diferente do habitual, gerou um incômodo em um grupo reduzido de pessoas (como apontado logo acima) que foi manifestado nos comentários, tornando explícito o desconhecimento das múltiplas facetas do racismo no Brasil e o desinteresse pela reflexão crítica sobre ele.

Esse desinteresse já havia chamado a atenção de outras/os estudiosas/os, como Bento (2014, p. 26), que o associa ao que a autora chama de pacto narcísico da branquitude, que funciona como “um acordo tático entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil.” Ele parece funcionar como um acordo coletivo que inviabiliza o questionamento e, quando posto em análise, é ignorado em prol da estabilização das estruturas hegemônicas do grupo a qual pertencem, como explícito em “(...) eu vou até deixar de seguir até [o Paulo Gustavo] voltar”.

Como será posto nas análises a seguir, foram registradas nas interações observadas tanto respostas de pessoas que demonstravam acreditar na eficácia do silêncio na luta antirracista, quanto as que criticavam políticas compensatórias e ações afirmativas. Houve também respostas que apelavam para um “racismo reverso” com discursos que contribuem para a

preservação de uma ideologia e demonstram o desconhecimento da face estrutural do racismo, atrelando-o apenas a injúrias raciais e não a problemas estruturais e institucionais.

Como proposta de análise, parte-se da noção de que as relações raciais na visão performativa são construídas através de Discursos, i.e. “formas de combinar e integrar linguagem, ações, interações, formas de pensar, acreditar, valorizar e utilizar vários símbolos, ferramentas e objetos para representar um tipo específico de identidade socialmente reconhecível” (GEE, 1999/2005, p.29), que são sempre posicionados e situados em contextos específicos. O autor afirma ainda que alguns Discursos contribuem diretamente para a manutenção de relações sociais de poder e privilégio, sendo, portanto, sempre ideológicos, ou seja, dizem respeito a crenças orientadoras de ações semióticas (LEMKE, 1995). O emprego de signos aponta para crenças.

O conceito de indexicalidade (BLOMMAERT, 2005), indica a capacidade de um signo linguístico ou não linguístico de apontar para outros signos, o que possibilita identificar que os enunciados comunicam mais do que aquilo que é proferido. Dessa forma, um conjunto de signos entextualizados indexa certas ideologias. Para uma melhor leitura e organização dos dados, foi feita uma organização por blocos temáticos, sendo que, muitas vezes, as entextualizações excedem um tema específico, ampliando o tópico em foco.

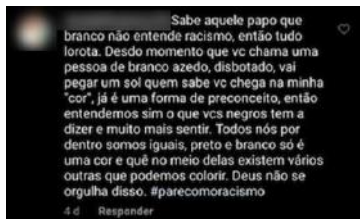
4.2 A FALÁCIA DO RACISMO REVERSO

“Of all the wishes people had brought him – money, love, revenge – this seemed to him the most poignant and the one most deserving of fulfillment. A little black girl who wanted to rise up out of the pit of her blackness and see the world with blue eyes.”

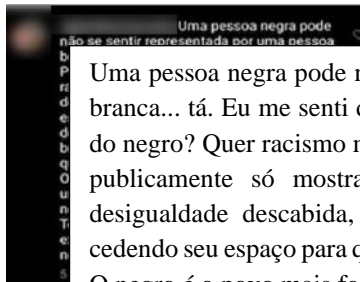
(Toni Morrison)

Analiso nessa seção as entextualizações do post de Djamila Ribeiro com foco nas ideologias de raça que são indexicalizadas pelas escolhas semióticas das/os participantes. As respostas às postagens que convidavam ao diálogo, racializando tanto a negritude quanto a branquitude, são problemáticas em diversas esferas, pois as entextualizações constroem diferentes posicionamentos. Contudo, na análise, faço um recorte me atendo aos conflitos raciais em jogo.

Figura 5 – Comentários 02



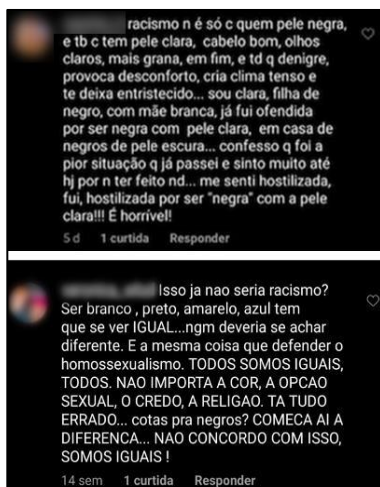
Sabe aquele papo que branco não entende racismo, então tudo lorota. Desde momento que vc chama uma pessoa de branco azedo, disbotado, vai pegar um sol quem sabe vc chega na minha “cor”, já é uma forma de preconceito, então entendemos sim o que vcs negros tem a dizer e muito mais a sentir. Todos nós por dentro somos iguais, preto e branco só é uma cor e quê no meio delas existem vários outras que podemos colorir. Deus não se orgulha disso. #parecomracismo



Uma pessoa negra pode não se sentir representada por uma pessoa branca... tá. Eu me senti diminuída agora. Por que eu sou diferente do negro? Quer racismo maior que este? Colocar essa desigualdade publicamente só mostra onde está a mente de vocês, nesta desigualdade descabida, onde pessoas públicas e brancas estão cedendo seu espaço para que o negro tenha lugar. Chega ser ridículo. O negro é o povo mais forte que representa uma população que não tem diferença nenhuma do branca, amarelo, mestiço. Tem o seu lugar pelo simples fato de sua existência. Menos polêmica usando os negros e mais amor e respeito por eles.

Fonte: Instagram, 2020.

Figura 6 – Comentários 03



racismo n é só c quem pele negra, e tb c tem pele clara, cabelo bom, olhos claros, mais grana, em fim, e td q denigre, provoca desconforto, cria clima tenso e te deixa entristecido... sou clara, filha de negro, com mãe branca, já fui ofendida por ser negra com pele clara, em casa de negros de pele escura... confesso q foi a pior situação q já passei e sinto muito até hj por n ter feito nd... me senti hostilizada, fui, hostilizada por ser “negra” com a pele clara!!! É horrível!

Isso já não seria racismo? Ser branco, preto, amarelo, azul tem que se ver IGUAL...ngm deveria se achar diferente. E a mesma coisa que defender o homossexualismo. TODOS SOMOS IGUAIS, TODOS. NAO IMPORTA A COR, A OPCAO SEXUAL, O CREDO, A RELIGIAO. TA TUDO ERRADO... cotas pra negros? COMECA AI A DIFERENCA... NÃO CONCORDO COM ISSO, SOMOS IGUAIS!

Fonte: Instagram, 2020.

Como pode ser identificado nas relações interpessoais acima construídas, a percepção de raça é determinada pela leitura das manifestações visuais das pessoas, isto é, pelo modo como certos indivíduos percebem outros. Em relação a um ideal europeu branco que se acreditava ser biologicamente superior ao negro no período colonial (MACHADO; MUNIZ, 2015), a sociedade foi estabelecida valorizando esse modelo em detrimento do outro. Isso

significa que quanto mais branco, mais privilégios a/o sujeita/o possui, e, nessa escala cromática, as/os mais escuras/os são as/os menos beneficiadas/os.

Dessa forma, entextualizações como “Desdo momento que vc chama uma pessoa de branco azedo, disbotado, vai pegar um sol quem sabe vc chega na minha “cor”, já é uma forma de preconceito, então entendemos sim o que vcs negros tem a dizer e muito mais a sentir.” e “Por que eu sou diferente do negro? Quer racismo maior que este?” indexam ideologias racistas no imaginário brasileiro, fortemente atreladas a atos discriminatórios. Ainda que o racismo cotidiano esteja presente no dia a dia da população brasileira e seja uma das principais facetas do racismo, sendo passível de punição diante das leis nºs 7.716/1989 e 12.288/2010, essa visão restritiva dificulta a inteligibilidade nos níveis estruturais e institucionais, por exemplo.

De acordo com Almeida (2018), a ideologia do racismo reverso é inválida, pois, na prática, o racismo ocorre por meio de uma relação de poder de uma maioria contra uma minoria. Logo, essa inversão não é possível. As discriminações por meio de atos individuais podem ser dolorosas e afetar a autoestima das/os sujeitas/os, porém não são capazes de apresentar desvantagens sociais ou até mesmo desencadear uma série de agressões desenfreadas, como ocorreu com George Floyd. O autor destaca também que a ideologia no termo “reverso” contém pistas indexicais que apontam para uma padronização que é rompida ao serem praticados atos discriminatórios contra o grupo opressor, sendo essa falácia uma forma de deslegitimar as buscas por igualdade racial.

A própria ideia de racismo reverso é curiosa e nos mostra como muitas vezes nos detalhes moram as grandes questões. O termo “reverso” já indica que há uma inversão, algo fora do lugar, como se houvesse um jeito “certo” ou “normal” de expressão do racismo. Racismo é algo “normal” contra minorias – negros, latinos, judeus, árabes, persas, ciganos etc. – porém, fora destes grupos, é “atípico”, “reverso”. (ALMEIDA, 2018, p. 41)

O primeiro comentário da figura 6, no entanto, traz à tona questões que competem ao racismo de pessoas negras de pele escura contra aquelas de pele mais clara. É relatado que “racismo n é só c quem [tem] pele negra, e tb c [quem] tem pele clara, cabelo bom, olhos claros, mais grana, em fim, e td q denigre, provoca desconforto, cria clima tenso e te deixa entristecido... sou clara, filha de negro, com mãe branca, já fui ofendida por ser negra com pele clara, em casa de negros de pele escura”.

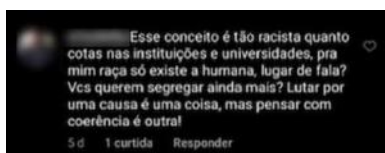
Essa entextualização composta por signos que indexam ideologias brancas e eurocêtricas – como por exemplo, “cabelo bom”, a valorização dos “olhos claros”, “td q denigre”, entre outros – pode ser relacionada ao que Muniz (2009) alude ao mencionar a rejeição que muitas/os têm contra aquelas/es que tentam mascarar sua identidade negra. Ao

dizer “e tb c [quem] tem pele clara, cabelo bom, olhos claros, mais grana (...)”, a seguidora afirma reconhecer a existência do racismo contra quem tem pele escura, cabelo “ruim”, olhos escuros, menos grana - mas que isso também pode se estender às/aos outras/os descritas/os pelos signos utilizados nas oposições.

Encontram-se aqui enunciados performativos atuando de modo a criar uma identidade visual por meio de sintagmas, evidenciando o modo como se enxerga as/os outras/os e dizendo que, apesar de não ser como elas e eles, é também vítima de atos racistas, porém sendo esses cometidos por pessoas de pele mais escura. Essa aparência descrita pela autora da entextualização é abordada por Schucman (2012) ao tratar dos signos que indexam uma estética branca imposta à sociedade e estão presentes no imaginário brasileiro. A estética de beleza branca faz com que “cabelos lisos, pele clara, olhos claros e traços afinados façam parte do modelo vigente de beleza em corpos humanos”, e, por consequência, “a pele negra representa tudo que é “inferior”, “inaceitável”, “mau”, “sujo” e “infectado” (KILOMBA, 2019, p. 168).

Já no último post recontextualizado nesta seção, identificam-se signos que indexam uma proposta de hegemonia, onde se lê “Isso já não seria racismo? Ser branco, preto, amarelo, azul tem que se ver igual...ngm deveria se achar diferente”. Essa é uma resposta à publicação onde se lia “Pessoas brancas podem (e devem!) debater racismo” e trabalhava com a ideia de que não ser vítima de racismo não a/o exime da responsabilidade de debatê-lo, pois nessa luta todas/os têm lugar de fala. Além de repetir o que foi expresso nos outros comentários aqui analisados e sugerir que não se olhe para a cor, pois “TODOS SOMOS IGUAIS, TODOS!”, o que será analisado mais a frente, é feita uma crítica às políticas de ações afirmativas no Brasil, onde também são manifestados aspectos identitários. Adiciono para análise um outro dado encontrado no rastreamento da mesma publicação e que dialoga com os discursos em análise.

Figura 7 - Comentários 04



Esse conceito é tão racista quanto cotas nas instituições e universidades, pra mim raça só existe a humana, lugar de fala? Vcs querem segregar ainda mais? Lutar por uma causa é uma coisa, mas pensar com coerência é outra!

Fonte: Instagram, 2020.

Aqui é identificada uma refutação às políticas de ações afirmativas e às políticas públicas que visam “aumentar a representatividade de minorias raciais e alterar a lógica discriminatória dos processos institucionais” (ALMEIDA, 2018, p. 32). Ao questionar o sistema de cotas em “cotas para negros? COMECA AI A DIFERENÇA... NAO CONCORDO

COM ISSO, SOMOS IGUAIS” e “Esse conceito é tão racista quanto cotas nas instituições e universidades (...)”, a seguidora e o seguidor minimizam as tentativas de reparação com um discurso que indexa o mito da democracia racial de que no Brasil há uma convivência pacífica entre brancas/os e negras/os sem que haja uma hierarquia socialmente estruturada onde pessoas brancas se puseram historicamente no topo.

O mito que surgiu por volta de 1920 foi criado pela elite brasileira e teve como efeitos performativos o mascaramento do racismo no Brasil e a promoção do discurso de que no país não havia discriminação racial após a abolição da escravatura. O argumento oferecido em benefício dessa proposição foi a ausência de uma legislação discriminatória no país em contraste com os Estados Unidos e com a África do Sul que tiveram posturas mais severas (GOMES, 2007). De acordo com Muniz (2009), a ideologia da democracia racial reaparece quando as questões que concernem o sistema de cotas raciais são manifestadas, pois a afirmação de que “somos todas/os iguais” sustentada pela miscigenação e pela ideia de uma nação mestiça tira a credibilidade das cotas para negras/os.

Cabe também falar da lógica meritocrática, pois para que uma pessoa negra tenha a possibilidade de disputar uma vaga em uma universidade através do sistema de cotas, ela passa por toda uma estrutura social que dificulta essa trajetória e resulta na sub-representação nesse contexto. Como mostram os dados do IBGE, a taxa de evasão de pessoas negras nas escolas cresce conforme aumenta o grau de escolaridade, tornando a ideia de meritocracia problemática, pois ela implica, necessariamente, no sofrimento individual, uma vez que aquelas/es “que não conseguiram suportar o peso político, econômico e psicológico do racismo em suas trajetórias não se enquadrariam na lógica meritocrática” (ALMEIDA, 2018, p. 131).

Outro signo identificado no rastreamento textual é aquele representado pelo uso de caixa alta em “TODOS SOMOS IGUAIS, TODOS!” e “TODOS SOMOS IGUAIS, TODOS. NAO IMPORTA A COR, A OPCA O SEXUAL, O CREDO, A RELIGIAO. TA TUDO ERRADO... cotas pra negros? COMECA AI A DIFERENCA... NÃO CONCORDO COM ISSO, SOMOS IGUAIS!” que indexa o grito nas redes sociais, como já haviam identificado Melo e Moita Lopes (2015). Esse artefato é encontrado em diversos momentos e em entextualizações diferentes, o que aponta para um consentimento quanto ao uso feito pelos/as usuários/as.

Refletindo sobre os conceitos até então mobilizados em relação às entextualizações analisadas acima, percebe-se que as atribuições de significado pelas partes, por um lado Djamila Ribeiro chamando atenção para a característica estrutural do racismo e pelo outro as/os seguidoras/es com um discurso de racismo reverso, não coincidem. A rejeição ao diálogo pode ser explicada através das reflexões de Miskolci (2021, p. 37) que afirma que “análises e

conteúdos mais longos, que demandam tempo e reflexão, tendem a ser preteridos em favor das sínteses facilmente digeríveis e reprodutíveis (...)”, o que resulta na manutenção de um sistema de orientador de crenças.

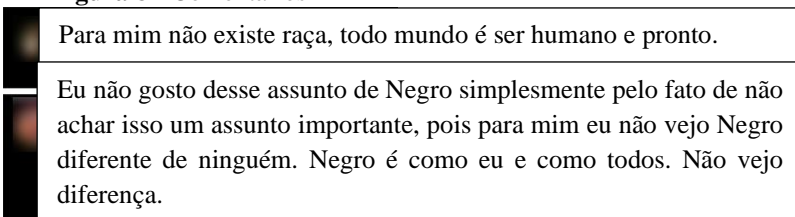
4.3 DESCONHECIMENTO RACIAL

(...) that's what Black people are asking for right now: to be seen in our unique experience in the world. To actually be seen and valued.

(Ayana Lage)

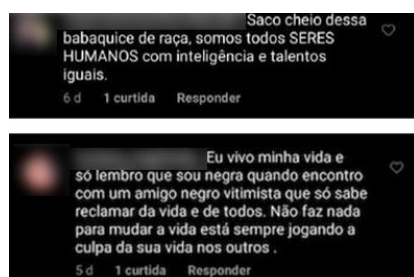
Quando em junho de 2020 eclodiram-se manifestações por todo o mundo após o assassinato de George Floyd, um enunciado em inglês foi protagonista nos cartazes e nos apelos por justiça, “Black lives matter”. Esse signo que indexa um pedido de socorro é o nome de um movimento de militantes negras e negros que teve início em 2013 nos Estados Unidos devido à brutalidade sofrida pela comunidade afro-americana naquele país por parte de uma supremacia branca. No entanto, o slogan que foi entextualizado em muitas partes do mundo e que procura dar visibilidade a esse tipo de violência e alertar para o genocídio da comunidade negra recebe como resposta, por uma parcela branca, “Todo mundo é ser humano e pronto”, “Somos todos iguais”, “Somos todos seres humanos”, “Eu não vejo cor, vejo pessoas”; tais conjuntos de signos indexam a reciclagem de ideologias de raça.

Figura 8 - Comentários



Fonte: Instagram, 2020.

Figura 9 - Comentários



Saco cheio dessa babaquice de raça, somos todos SERES HUMANOS com inteligência e talentos iguais.

Eu vivo minha vida e só lembro que sou negra quando encontro com um amigo negro vitimista que só sabe reclamar da vida e de todos. Não faz nada para mudar a vida está sempre jogando a culpa da sua vida nos outros .

Fonte: Instagram, 2020.

As entextualizações acima apontam para uma mensagem que, por mais inclusiva que demonstre ser, tira a credibilidade do movimento que não tem por objetivo segregar a população ainda mais, mas sim chamar atenção para um problema que precisa de solução. Nesse contexto, pode-se criar um paralelo entre esse pedido de socorro com uma ida ao hospital devido a uma dor em uma parte específica do corpo, por exemplo. Não é porque se está com uma dor nas costas e vai ao médico resolver isso que se está ignorando o conjunto; o que precisa de atenção imediata é uma parte, não o todo.

Ao dizerem, por exemplo, “(...) Negro é como eu e como todos. Não vejo diferença” ou “Saco cheio dessa babaquice de raça, somos todos SERES HUMANOS com inteligências e talentos iguais.”, está-se indexicalizando um discurso que torna invisível toda a estrutura racista em que a sociedade é construída. Dizer “pra mim não existe raça” indexa uma ideologia que fortalece a ideia de que não existem privilégios sociais, que no Brasil se vive em uma democracia racial onde todas e todos são igualmente beneficiadas/os e tratadas/os, que a todas/os são dadas as mesmas oportunidades e que a violência policial não considera cor, mas sim pessoas.

Essa lógica é problemática e a mídia brasileira deixa isso claro ao mostrar diariamente as inconsistências desse tipo de discurso por meio de manchetes que explicitam a existência de um Estado regulado pela necropolítica. O termo, que tem origem na obra de Achille Mbembe (2018), fala sobre o poder de ditar quem pode viver e quem pode morrer criando o imaginário de um inimigo coletivo, o “outro”, cuja eliminação seria justificada de forma a garantir a segurança do “eu”. Mbembe associa essa percepção a um imaginário de soberania, sendo ele “a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é” (2018, p. 41).

Nesse caso, não são precisos proferimentos que tornem explícito um inimigo, pois ele é criado no imaginário social através das interações e de concepções culturais pré-estabelecidas as quais se é exposta/o desde cedo. Ocorre, por exemplo, na forma de tratamento ou punição diferenciada que algumas/alguns recebem em comparação com outras/os, através da naturalização de certos comportamentos por essas/esses, mas não por aquelas/aqueles. E acontece também quando se naturaliza a morte desse inimigo comum já que o status que possui justifica sua extinção.

A possibilidade de o Estado ditar quais vidas importam e o que se faz a partir daí mostrou, em 2020 e 2021, mais uma vez, o quão desigual racialmente é o Brasil em decorrência de um desgoverno que conduz o país sem olhar para as partes. Acontece hoje no mundo a pandemia do novo coronavírus, já tendo contaminado, só no Brasil, mais de 19,7 milhões de pessoas e matado cerca de 550 mil, de acordo as informações oficiais disponibilizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Apesar de o vírus não fazer distinção de pessoas por raça, gênero ou classe social, ele agrava as desigualdades já existentes no país.

O aumento na disparidade racial como decorrência da COVID-19 está atrelado à desigualdade de acesso à saúde, à discriminação e à maior exposição de um determinado grupo ao vírus devido aos serviços que exercem e ao local onde habitam. Pessoas afro-brasileiras, como alerta a Organização das Nações Unidas (ONU), apresentavam, em abril de 2020, em São Paulo, 62% mais chances de morrer em decorrência do vírus do que pessoas brancas, isso devido à alta exposição ao vírus (CHADE, 2020). Amparo (2020) alerta que a pandemia nos encontrou como somos, portanto, os dados oriundos dela refletem a estrutura da sociedade em que vivemos, fazendo com que a COVID-19 tenha apenas realçado as estruturas da necropolítica à brasileira.

Ainda que os dados da ONU ilustrem a existência de uma desigualdade endêmica, existem especificidades que não se aplicam ao todo. O mesmo acontece, por exemplo, quando se volta para a questão racial de forma mais ampla e para os problemas estruturais dela derivados. No último comentário da figura 9 da seção, lê-se “Eu vivo minha vida e só lembro que sou negra quando encontro um amigo negro vitimista que só sabe reclamar da vida e de todos”. Essa entextualização indexa uma visão autocentrada que desconsidera a realidade da maioria das pessoas não brancas no Brasil e está imersa em um discurso de meritocracia que desqualifica o quesito raça na análise dos índices sociais. Ela mostra, ainda, um profundo desconhecimento das tensões e complexidade racial no Brasil.

4.4 SILENCIAMENTO

I have come to believe over and over again that what is most important to me must be spoken, made verbal and shared, even at the risk of having it bruised or misunderstood.

(Audre Lorde)

Kilomba (2019) destaca em seu trabalho que um dos maiores medos brancos é o de que a pessoas negras seja cedido um espaço de fala e elas tragam à tona verdades que foram acordadas entre brancas/os em serem mantidas em silêncio. A repreensão a essas revelações acontece porque elas vêm carregadas de informações que desestabilizam uma estrutura de interesses que concede o status de normal às opressões sofridas por um grupo. Os discursos que buscam manter certa padronização, como expresso nos dados abaixo, apresentam-se, muitas vezes, como pacíficos ou ditados de forma a parecer benéficos para a/o outra/o racializada/o, quando, na verdade, eles apenas reforçam a estabilização de uma sociedade opressora guiada por uma ideologia orientadora de raça que não quer ser enfraquecida.

Figura 10 - Comentários

Falar sobre racismo é afirmar a existência dele num determinado contexto. Prefiro abster-me desse tópico ultrapassado. Minha preocupação é com a raça humana.

so responder

Deixem os negros esquecerem seu passado de dor ao menos um minuto. Todos nós sofremos nessa vida e nenhuma dor deve ser subjugada, no entanto superada com toda força que nos resta. Quem é q gosta e a quem faz bem a todo momento lembrar de um sofrimento?? No caso específico da escravidão, só faz bem aos q não foram diretamente atingidos por ela, no caso aos brancos q desejam chamar atenção ao levantarem suas bandeiras de solidariedade. Deixem os livres p se libertar daquelas tristes amarras dando a eles respeito a começar por não tentar se apropriar de sua dor, pois é impossível.

Fonte: Instagram, 2020.

Figura 11 - Comentários

Eu acredito que quanto mais se fala no assunto, mais preconceito irá existir. Isso é igual falar de suicídio, quanto mais toca no assunto, mais vontade o suicida tem em se matar! Pois deixa a mente sempre a pensar na possibilidade de fazer o ato!

2 h 1 curtida Responder

Eu acredito que quanto mais se fala no assunto, mais preconceito irá existir. Isso é igual falar de suicídio, quanto mais toca no assunto, mais vontade o suicida tem em se matar! Pois deixa a mente sempre a pensar na possibilidade de fazer o ato!

O grande senhor Morgan Freeman, diz numa entrevista que, a melhor coisa para combater o racismo é não falar dele. Está se a cair no exagero, está se a despoletar ódios entre as pessoas, guerras, e muitos nem sabem porque vão às manifestações, só porque agora virou moda e tira uma selfie para postar nas redes sociais. Estamos a cair no ridículo. Os DesEstados Unidos é outro mundo, nós aqui na Europa não temos esses problemas.

2 d 4 curtidas Responder

O grande senhor Morgan Freeman, diz numa entrevista que, a melhor coisa para combater o racismo é não falar dele. Está se a cair no exagero, está se a despoletar ódios entre as pessoas, guerras, e muitos nem sabem porque vão às manifestações, só porque agora virou moda e tira uma selfie para postar nas redes sociais. Estamos a cair no ridículo. Os DesEstados Unidos é outro mundo, nós aqui na Europa não temos esses problemas.

Fonte: Instagram, 2020.

A literatura em torno dos mecanismos de silenciamento é amplamente desenvolvida nos estudos de temáticas raciais, uma vez que os textos elaborados com esse tipo de proposição são excludentes e opressores. Quando se entextualiza, por exemplo “Falar sobre racismo é afirmar a existência dele num determinado contexto. Prefiro abster-me desse tópico ultrapassado. Minha preocupação é com a raça humana.”, tem-se, de forma explícita, o reconhecimento do racismo nos mais diversos contextos e a negação ao desmantelamento do mesmo. E aqui se destaca, também, o signo “tópico ultrapassado”, pois ele fornece pistas indexicais de que há um mecanismo de defesa quando a temática racial é posta em análise.

A escolha pela abstenção ao diálogo é um privilégio concedido a poucos e ao dizer “Minha preocupação é com a raça humana.”, retira-se da pessoa negra, por consequência, a condição de ser humano, já que esse é um problema que impacta apenas seus similares, porém é de nula importância para o autor, que prefere se ater “a raça humana”, isto é, aos brancos. E o signo “raça humana” indexa ainda a ideia de que não existem raças e, portanto, privilégios sociais, o que implica uma disposição igualitária de oportunidades, o que é desmistificado pelos dados do IBGE.

Através desse discurso, aquele que o profere está entextualizando ideologias indexicalizadas com um que vai além da mera constatação. Ele omite a construção de sua identidade racial, desconsiderando a pessoas brancas como racializadas e mantendo o que Cardoso (2014) associa à padronização do corpo branco. É registrada, da mesma forma, a outra dimensão do silenciamento, pois, enquanto há, por um lado, quem proponha que a/o outra/o se cale, como em, “Deixem os negros esquecerem seu passado de dor pelo menos um minuto”, há, por outro, a escolha por se calar diante do racismo, pois acredita-se que isso não lhe compete, mas sim à/o outra/o, “prefiro abster-me desse tópico ultrapassado”.

Essa questão foi trabalhada em um ensaio de Maria Aparecida Silva Bento (2014) em que a autora, ao analisar o branqueamento e a branquitude no Brasil, identifica signos que sugerem que haja um pacto narcísico entre pessoas brancas que ocorre por meio da omissão e pela falta de reflexão por parte delas em torno do lugar que ocupam nas relações raciais. Nesse acordo, o silêncio e a invisibilidade do lugar da/o branca/o nas relações raciais no Brasil agem como formas de autopreservação e reforçam que as desigualdades raciais são um problema da/o

negra/o apenas. Em sua pesquisa de mais de vinte anos, Bento verifica também que a posição de pessoas brancas como padrão nas relações raciais é resultado de um investimento secular e as tentativas de abstenção e silenciamento lhes permitem não prestar conta com negras/os pelos danos que lhes foram causados.

Os dados mostram ainda a presença de mais um mecanismo de silenciamento sendo empregado, sendo ele uma proposta de que as diferenças raciais caiam no esquecimento, pois somente assim elas serão extinguidas da sociedade. Lê-se: “Eu acredito que quanto mais se fala no assunto, mais preconceito irá existir” e “O grande senhor Morgan Freeman, diz numa entrevista que, a melhor coisa para combater o racismo é não falar dele”. Essas entextualizações mostram que escapam desse grupo as memórias de um passado de dor e sofrimento que não se permite ser esquecido, pois ele está presente ainda hoje, de maneiras mais sutis, no cotidiano brasileiro. Ele se manifesta de forma estrutural, institucional e cotidiana através de um olhar torto em uma loja, de uma abordagem desnecessariamente agressiva por parte da polícia ou do assassinato e encarceramento em massa de parte da população.

Manter-se em silêncio diante disso e sugerir esquecer uma parte da história tão presente são fragmentos de uma ideologia linguística que se repete e compactua com ações opressoras, o que a conserva para usos práticos e a naturaliza. “Nossa história nos assombra porque foi enterrada indevidamente”, aponta Kilomba (2019, p. 223), logo precisamos ressuscitá-la e reescrevê-la para que, mais tarde, tenha um funeral digno e que aí sim seja propriamente enterrada no passado. Nesse sentido, enquanto o silenciamento obrigar a população a vivenciar o passado da pior maneira possível, pelo silêncio, tornando-se cada vez mais colonizada, o racismo não será combatido e permanecerá assombrando sem se permitir ser esquecido.

4.5 COLETIVO POLÍTICO

“Don’t even bother telling a white conservative about anything racist that happened to you. Because the conservative will tell you that you are the real racist and your mouth will hang open in confusion.”

(Chimamanda Ngozi Adichie)

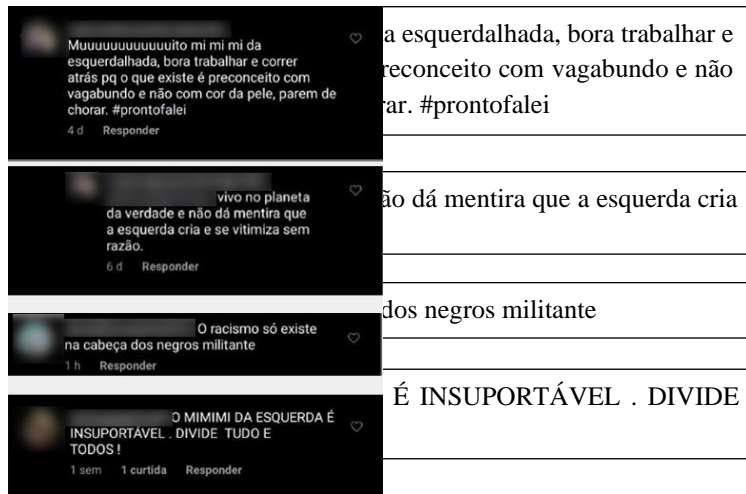
Quando é falado no decorrer do trabalho sobre local de enunciação, tem-se por objetivo destacar a ideia de que, quando fala, a/o sujeita/o parte de experiências vividas e de ideais compartilhados através das relações que têm com outras pessoas, o que possibilita tipos diferentes de agrupamento. A partir dessa atividade coletiva, são criados grupos e a eles são atreladas certas ideologias que são criadas discursivamente e que os caracterizam e os diferenciam dos demais. Um exemplo dessa divisão pode ser percebido no âmbito da política, onde são encontrados grupos que se identificam com certas características: de esquerda, isto é, um grupo que se baseia em um ideal de coletividade, promovendo políticas de inclusão de minorias e trazendo para o centro do diálogo todas e todos; de direita, com políticas conservadoras focadas na distribuição econômica de bens e na defesa da família tradicional, não havendo muito espaço para o que foge do ideal heteronormativo; e de centro, que age como um intermédio entre as outras duas, mas podendo pender mais para um lado do que para o outro.

Devido às premissas compartilhadas pelos diferentes grupos, compreende-se que as lutas contra o racismo são mais comumente associadas a políticas de esquerda, ainda que não se restrinja somente a elas. Por meio dos comentários analisados, percebe-se o quão imbricado esse ideal está na sociedade, podendo até mesmo representar uma barreira para um diálogo mútuo pela vontade de não se assemelhar à/ao outra/o, pois quando criamos o “eu”, ainda que coletivo, projetamos na/o outra/o aquilo com o qual não queremos nos assemelhar. Quanto a esse agrupamento por semelhança e à necessidade de pertencimento social, Bento (2014, p.29) afirma que

a forte ligação emocional que temos com o grupo ao qual pertencemos nos leva a investir nele nossa própria identidade. A imagem que temos de nós próprios encontra-se vinculada à imagem que temos do nosso grupo, o que nos induz a defendermos os seus valores. Assim protegemos o “nosso grupo” e excluimos aqueles que não pertencem a ele.

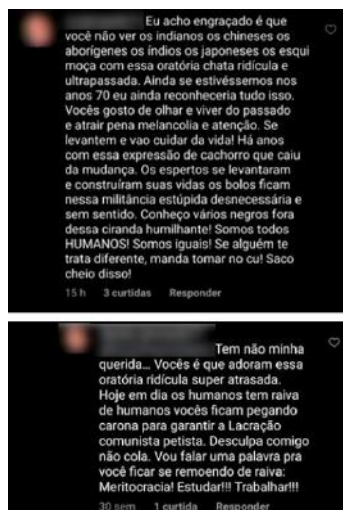
As tentativas de manutenção dos grupos não são, necessariamente, ditadas para que sejam internalizadas e naturalizadas, elas ocorrem também através das interações e são assimiladas pelo senso de coletividade criado através da divisão. Dessa forma, a imagem do conjunto projetada e as ideias entextualizadas pelas/os participantes dele expressam os ideais ali partilhados, permitindo que quem veja de fora tenha acesso aos valores comuns àquele coletivo. Esse posicionamento é criado através de discursos performativos, tanto pela reafirmação do seu posicionamento quanto por uma relação de oposição, como é expresso nos dados abaixo.

Figura 12 - Comentários



Fonte: Instagram, 2020.

Figura 13 - Comentários



Fonte: Instagram, 2020.

As entextualizações apresentadas nesta seção mostram uma crença partilhada por parte do coletivo de direita no Brasil ao reproduzirem textos como “muuuuuuuuuuuuito mi mi mi da esquerdalhada (...), “vivo no planeta da verdade e não da mentira que a esquerda cria e se vitimizam sem razão.”, “o racismo só existe na cabeça dos negros militante” e “O MIMIMI DA ESQUERDA É INSUPOORTÁVEL. DIVIDE TODO E TODOS!”. Destaca-se, a princípio, o signo “mimimi”, que é um signo que indexa uma ideologia segundo a qual a luta racial não tem importância e, em seguida, ele é associado a grupos políticos de esquerda. Nesse contexto, “mi mi mi da esquerdalhada” agrupa o signo “mimimi”, analisado acima, com o signo “esquerdalhada”, sendo essa uma forma pejorativa de se referir a pessoas de esquerda e

sugerindo que pautas sociais são vistas pejorativamente pelo grupo a que pertence quem proferiu o enunciado.

Essas entextualizações constituem algumas postagens de um grupo que deslegitima o problema do racismo na sociedade, uma vez que o atribui a algo defendido por pessoas de esquerda. Por outro lado, ao se dizer que “o racismo só existe na cabeça dos negros militante”, é chamada atenção para uma subdivisão que é feita entre negras/os que são militantes e as/os que não são. Essa classificação considera como parte do grupo de negras/os militantes quem não compactua com os discursos e ideologias sustentadas por quem critica as publicações.

Já a figura 13 é composta por entextualizações que perpassam todas as seções de análise aqui realizadas, no entanto o autor dos comentários atrelou todas as temáticas a uma questão política. É dito em dado momento “Os espertos se levantaram e construíram suas vidas os bo[b]os ficam nessa militância desnecessária e sem sentido.”, manifestando um discurso de meritocracia e afirmando que todas e todos têm as mesmas oportunidades. Mais à frente, escreve “Somos todos HUMANOS, todos iguais!”, reforçando o discurso de uma ideologia orientadora de raça que não racializa pessoas brancas, e mais uma vez é feito o uso de caixa alta, que representa um grito nesse contexto.

É proferido ainda “(...) vocês ficam pegando carona para garantir a Lacração comunista petista”, contendo nos signos “lacreção”, “comunista” e “petista” pistas indexicais que são utilizadas frequentemente para estigmatizar as causas apoiadas por uma política de esquerda. E é dada em seguida uma ênfase às palavras “Meritocracia! Estudar!!! Trabalhar!!!”. Esse dado é rico em informações indexicais porque ele torna explícita, através da relação de oposição, a forma como defensores de uma ideologia de direita interpretam as questões raciais postas em debate. Isto é, os signos indicam uma noção de causa e consequência, segundo a qual o trabalho é resultado de um esforço individual que é garantido devido aos estudos. Dando continuidade à interação, como mostrado na figura 14 abaixo, o participante finaliza sua atuação com dois enunciados importantes, que, por sua recorrência na sociedade, são destacadas a seguir.

Figura 14 - Comentários

Destacam-se essas duas entextualizações das demais por não se relacionarem apenas à questão racial, mas por reforçarem um senso de coletividade em caráter político e ideológico. Lê-se, em parte do primeira, a seguinte afirmação: “Você quer dizer estudo em uma faculdade séria né? Essa turma de faculdade federal e estadual, aquela turma de letras... humanas...(piada)”. O ataque às faculdades federais e estaduais, mais enfaticamente aos cursos de humanas, mostra que tem havido por parte da sociedade um estigma quanto ao conhecimento produzido nessa área de estudos. Isso é expresso não apenas pelo crescimento no número de comentários negativos direcionados a essas instituições, mas também de forma institucional por meio do corte de verbas destinadas à educação no ensino superior público do país.

Nota-se nesse dado, também, a necessidade de evidenciar que se está rindo junto de pessoas negras que estudaram muito, trabalharam e venceram, o que aponta para o discurso de que a verdadeira opressão é a de classe e não de raça e a crença de que não se é racista por ter amigos negros. Esses signos que indexam as características de uma ideologia orientadora de

raça são frequentemente utilizados quando a temática racial é posta em discussão, pois acredita-se que sejam respostas que servem de embasamento ao dizer que não se é racista.

O último dado dessa seção, “acertou ! Brasil acima de tudo, deus acima de todos!”, de certo modo, sintetiza a proposta de análise dessa seção. O slogan é o mesmo utilizado pelo presidente de extrema direita, Jair Bolsonaro, em sua campanha eleitoral e é proferido repetidamente durante todo seu mandato, seja por ele próprio ou por suas/seus apoiadoras/es. A entextualização dele no diálogo em questão indexa a ideia de uma nacionalidade hegemônica e foi impulsionado por uma zombaria de um seguidor de Paulo Gustavo, “Vaaai Brazeeeeel”, que, observando o que era dito pelo outro, assumiu estar diante de um eleitor do presidente.

Nessas entextualizações, que repetem o slogan de Bolsonaro, verifica-se a necessidade de reafirmação de uma identidade coletiva. Ainda que não tenha sido mencionado o nome do presidente, os signos indexados por esse slogan são culturalmente reconhecidos, construindo um posicionamento de alinhamento com ideologias nacionalistas.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

No decorrer deste trabalho, buscou-se analisar o modo como o debate de questões raciais no Brasil se deu em uma plataforma online em um contexto fora do habitual e identificar a forma como os discursos presentes nas entextualizações indexam signos e ideologias, o que foi

possibilitado pela percepção de raça como uma categoria performativa que é expressa através de políticas de linguagem. Além disso, os construtos indexicalidade e entextualização tornaram possível este estudo, pois o primeiro nos possibilitou analisar a indexicalidade dos signos e o segundo permitiu que olhássemos para a mobilidade textual dos enunciados no Instagram, espaço onde unidades linguísticas foram retiradas de seu contexto habitual e dispostas em outros contextos, arrastando consigo informações da sua história de uso.

Com base nos dados analisados, identificou-se que há uma ideologia orientadora de raça vinculada a um pensamento colonial eurocêntrico nas entextualizações de oposição às publicações realizadas por Djamila Ribeiro. Os enunciados que foram proferidos no decorrer das postagens, sem que fosse identificada uma relação direta entre quem os enuncia, ilustram a presença de uma ideologia de raça que é compactuada entre elas e eles. De acordo com os discursos e ideologias indexicalizados pelo conjunto de signos empregados, reconhece-se que a ideologia orientadora das performances discursivas dos participantes é a branquitude que age em prol da manutenção de seus status de padrão nas relações raciais.

Segundo Diangelo (2018), a branquitude tem por características: não conseguir ver a si como racializada; fazer pessoas brancas parecerem as vítimas; acreditar no racismo reverso; proteger privilégios brancos; invocar recursos de defesa pessoal quando desafiadas/os em um debate sobre essa temática; naturalizar uma maioria branca em ambientes de trabalho; crer que o racismo só ocorre se for intencional; acreditar que a verdadeira opressão é a de classe social e não de raça; tirar raça da discussão; silenciar a discussão; e, acreditar não ser racista por ter amigos negros.

Detectou-se também que os significados produzidos reciclam sentidos construídos socialmente. Por um lado, a postagem de Djamila Ribeiro cria um efeito de crítica às crenças instauradas na sociedade que trabalham em favor da manutenção do racismo, mas, por outro lado, as/os seguidoras/es reagem com discursos que velam pela estabilidade desse sistema criado pela branquitude e que a mantém como padrão na relação de contraste com a negritude.

Nas análises dos dados, foram apresentadas evidências de uma tentativa de preservação de estruturas por meio das performances linguísticas das/os envolvidas/os no processo interacional. Foram percebidas também estratégias de assimilação utilizadas por parte de um grupo que agem em favor da naturalização do modo como as relações raciais ocorrem, resultando em um grupo racializado que repete parte dos discursos de viés meritocrático recorrente nessa sociedade.

Apesar da ideologia racial observada, pode-se perceber que há espaço para diálogo nesses lugares em que a temática racial não é constantemente discutida. Ainda que as conversas

sobre a questão racial tenham reduzido significativamente o número de internautas habituais na conta de Paulo Gustavo no Instagram, houve pessoas que demonstraram estar abertas para o diálogo, reconhecendo os problemas destacados nas publicações realizadas por Djamila Ribeiro. Os comentários de oposição representaram apenas 0,41%.

Apesar desse baixo percentual, essas narrativas de oposição têm força performativa expressiva. A maneira como elas reforçam uma identidade racial branca que se julga detentora de uma raça orienta as entextualizações analisadas. Os signos linguísticos observados estabelecem uma oposição de forma a marcar o lugar de quem fala e sobre quem se está falando. A posição de padrão em contraste com o “Outro”, como foi visto, é problemática, uma vez que ela assegura que não ocorra um desmantelamento das hegemonias que concedem benefícios a pessoas brancas em detrimento das negras, que acabam tendo mais dificuldade para ascender socialmente e sendo vítimas dos problemas estruturais enfrentados por não serem parte daquele grupo.

Foram identificadas também múltiplas manifestações de microagressões raciais. Como apontadas por Sue (2010) e Huber & Solorzano (2015), elas se caracterizam como práticas e comportamentos diários, intencionais ou não, que resultam em preconceitos ou insultos hostis contra pessoas negras e que colaboram com um racismo que as mantém às margens. Essas práticas são encontradas no estabelecimento de Outridade por meio de projeções negando a subjetividade a umas/uns em contraste com outras/os; no mito da cegueira racial em que, quando conveniente, há o apagamento da categoria raça para não se responsabilizar pelo histórico de sofrimento causado pelo racismo; e na interpretação do racismo como atos individuais e não como uma estrutura social que precisa ser combatida⁵. Conclui-se, então, que a branquitude opera na naturalização da diferença racial por meio da hierarquização dos sujeitos, decretando a morte social da negritude, ou seja, do grupo entendido como racializado.

Refletir sobre a noção de branquitude, portanto, é um exercício que visa “desestabilizar posições hegemônicas frequentemente expressas pela raça branca” (MACHADO; MUNIZ, 2015, p. 295) que mantém as/os sujeitas/os identificadas/os como brancas/os no topo da hierarquia racial. Pode-se perceber essa tentativa de desmantelamento na iniciativa realizada por Paulo Gustavo e Djamila Ribeiro, uma vez que uma mulher negra desempenhou um papel central em um espaço acessado por milhões de internautas e teve um local onde pôde ocupar e ser sujeita de sua própria narrativa.

⁵ Sue (2010) identifica cinco diferentes tipos de microagressões raciais, porém nos dados analisados foram encontrados apenas três.

Espera-se com esse estudo contribuir para a verificação da efetividade do debate racial no Brasil e para a identificação dos empasses quando essa temática é proposta para discussão. Com base nas análises, conclui-se que esse diálogo deva ser expandido para outros ambientes de forma que propostas de equidade e inclusão sejam implementadas em instituições públicas e privadas a fim de explorar a diversidade e a representatividade em locais de maioria branca. Sugere-se também que essa abordagem nas escolas seja mais incisiva, implementando de forma adequada a lei 10.639/03 que estabelece obrigatório o ensino de história e cultura africana nas disciplinas já previstas na grade do ensino fundamental e médio.

Nessa abordagem, é importante que haja uma mudança de perspectiva e que se conte a história pelo ponto de vista das/os colonizadas/os e não de colonizadoras/es, pois os materiais didáticos são eficientes em mostrar a história de pessoas de origem africana apenas a partir do momento em que foram traficadas para outros continentes para serem feitas de mercadorias. Para que isso seja contornado, é preciso que nós, pessoas negras, sejamos protagonistas de nossas próprias histórias, que ocupemos lugares que disseram não nos pertencer e que sejamos representatividade para que outras/os vejam que têm espaço para ocupar. É importante que nós consigamos nos desamarrar da posição de objeto e alcancemos a posição de sujeitas e sujeitos a fim de darmos voz a narrativas esquecidas e epistemologias dizimadas.

A fim de se contornar os problemas aqui apresentados, é preciso que ocorra o desnudamento da branquitude, racializando-a e dando destaque para os problemas da sociedade decorrentes do apagamento da raça branca. Esse exercício, no entanto, é um trabalho que deve ser realizado progressivamente, pois existe um sistema de crenças e valores intrinsicamente atrelados à sociedade que não será facilmente abalado e resistirá a mudanças sistemáticas. A educação, nessa relação, é a principal ferramenta que se tem para dar continuidade a um processo de racialização que aos poucos ganha forma, porém todos os dias deixa novos corpos negros pelo caminho.

Concluo esse trabalho dizendo acreditar na efetividade do diálogo e da educação como principais aliados da luta antirracista e vendo esse projeto como uma colaboração para o letramento racial presente no país. Ele funciona também como um convite para um debate racializado que, em vez de focar a negritude, tome a branquitude como ponto central de modo que se possa refletir sobre as mazelas provenientes dela e o que seus status implicam na sociedade. O debate e o discurso crítico, desse modo, precisam ser explorados e estimulados para que esse objetivo seja alcançado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AMPARO, T., *Por que a Covid-19 é tão letal entre os negros?*. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/thiago-amparo/2020/04/por-que-a-covid-19-e-cao-letal-entre-os-negros.shtml>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

AUSTIN, J. L. *Quando o dizer é fazer: palavras e ação*. Trad.: Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAUMAN, R.; BRIGGS, C. *Poética e performance como perspectivas críticas sobre linguagem e vida social*. *Ilha Revista de Antropologia*, 8 (1). Florianópolis: PPGAS/UFSC, [1990] 2006.

BENTO, M. A.; CARONE, I. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2014.

BERTOTTI, M., *Os ataques à universidade pública*. 2019. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/os-ataques-a-universidade-publica/>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

BLOMMAERT, J.. *Discourse: key topics in sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press. 2005.

BOLSANELLO, M. A.. Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. *Educ. rev.*, Curitiba , n. 12, p. 153-165, 1996.

BORBA, R.. *A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais*. Cad. Pagu, Campinas, n. 43, p. 441-474, 2014.

BORGES, R. C. S. ; MELO, G. C. V. de . Quando a raça e o gênero estão em questão: embates discursivos em rede social. *REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS*, v. 27, p. 1-13, 2019.

BUTLER, J.. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, L.. *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil*. 2014. 290 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014.

CHADE, J., *ONU: covid-19 escancarou discriminação racial "endêmica" no Brasil e EUA*. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/06/02/onu-covid-19-revelou-desigualdade-endemica-no-brasil-e-eua.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

Covid19.who.int. 2020. *WHO Coronavirus Disease (COVID-19) Dashboard*. Disponível em: <<https://covid19.who.int/>> Acesso em: 30 jul. 2021.

DIANGELO, R. *White fragility : why it's so hard to talk to white people about racism*. Boston: Beacon Press, 2018.

FABRÍCIO, B. F. *The pragmatics of entextualizing a digital 'Lusophone' territory*. Londres: King's College London, 2014 (Working Papers in Urban Language & Literacies 134).

FANON, F.. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

GEE, J. *Tools of inquiry and discourses. An Introduction to discourse analysis: theory and method*. London: Routledge, p. 27-42, 1999/2005.

GOMES, T. M.. *Afro-brasileiros e a construção da idéia de democracia racial nos anos 1920*. Linhas (UDESC), v. 8, p. 36-53, 2007.

HERRING, S. *et al. Searching for safety online: Managing “trolling” in a feminist forum*. The Information Society v. 18, n. 5, p. 371–384, 2002.

HOOKS, B.. *Talking Back: Thinking Feminist, Talking Black*. New Edition. New York: Routledge, 2015.

HUBER, L. P.; SOLORZANO, D. G. Racial microaggressions as a tool for critical race research. *Race, Ethnicity and Education*, v. 18 n. 3, 2015. p. 297–320.

IBGE. *Informativo IBGE sobre Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica, n.41, em nov. 2019b.

IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Atlas da Violência 2020*. Brasília: Ipea FBSP, 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-daviolencia-2020>>. Acesso em 28 set. 2020.

KILOMBA, G.. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LEMKE, J.L. *Textual Politics: An Introduction. Textual Politics: Discourse and Social Dynamics*. London: Taylor and Francis, p. 1-18, 1995.

MACHADO, E. S.; MUNIZ, K. S. *Identidades Performativas de Gênero e de Raça: para além da reprodução das identidades estáveis e dos saberes hegemônicos*. In: XIX Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2015, Rio de Janeiro. Cadernos do CNFL: Análise do Discurso, Linguística Textual e Pragmática. Rio de Janeiro: CIEFIL, 2015. v. XIX. p. 145-162.

MBEMBE, A.. *Necropolítica*. São Paulo: N-1, 2018.

MELO, G. C. V. de; MOITA LOPES, L. P.. Você é uma morena muito bonita: a trajetória textual de elogio que fere. *Trabalhos em Linguística Aplicada* (UNICAMP), v. 1, p. 53/54-78, 2015.

MISKOLCI, R.. Batalhas morais: *Política identitária na esfera pública técnico-midiaticizada*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MOITA LOPES, L. P. (Org.) *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MUNIZ, K.. *Linguagem e identificação: uma contribuição para o debate sobre ações afirmativas para negros no Brasil*. 2009. 202 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270845>>. Acesso em: 30 set. 2020.

MUÑOZ, J. E. *Disidentifications: queers of color and the performance of politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

MUÑOZ, J. E. Feeling brown, Feeling Down: Latina Affect, the Performativity of Race, and the Depressive Position. *Signs*, New York, v. 31, n. 3, 2006, p. 675-688.

NASCIMENTO, G.. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. 1. ed. Belo Horizonte: Letramento Editorial, 2019. Edição Kindle.

RIBEIRO, D.. *Pequeno Manual Antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHUCMAN, L. V.. *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.47.2012.tde-21052012-154521. Acesso em: 30 set. 2020.

SUE, D. W. Microaggressive Impact on Mental Health Practice. In: _____. (ed.) *Micro aggression in everyday life*. New Jersey: Wiley, 2010. p. 255 – 280.